

CMS Secretária da Fazenda da Casa apresentou o projeto aos vereadores

Oposição critica plano de concessões da prefeitura

RODRIGO AGUIAR

Vereadores de oposição criticaram ontem o Plano Integrado de Concessões e Parcerias (PICS) durante sessão da Câmara Municipal na qual esteve presente a secretária da Fazenda, Giovanna Viter.

Entre os serviços que podem ser concedidos à iniciativa privada caso o projeto seja aprovado, estão a gestão de planos inclinados, vagas de estacionamento e cemitérios, entre outros. Líder do governo na Casa, o vereador Paulo Magalhães Júnior (DEM) tenta articular a votação da matéria para hoje, mas ainda não há definição quanto a isso.

"O Estado que está sendo proposto é o mínimo do mínimo. Quem está na ponta da Zona Azul é um mundo de gente. Eu não sou contra nem posso ser contra o uso da tecnologia. Mas se a lógica é privada, vai se querer fazer que as ruas deem lucro. O que vai ser feito com a população dos guardadores de carro? A gente não tem alternativa para essa população", afirmou o vereador Sílvio Humberto (PSB). O socialista perguntou à titular da Sefaz onde o modelo proposto pela administração

"O que devemos debater é se cabe, se é eficiente, rentável"

AUGUSTO VASCONCELOS, vereador

municipal "deu certo".

"A privatização dos cemitérios deu muito certo no município do Rio de Janeiro", exemplificou Giovanna. A secretária citou o processo de privatização dos parques públicos em andamento pelo governo do Estado, relembrou a privatização nas telecomunicações e comparou a situação da capital baiana a de um "grande condomínio". "Quando o prefeito decide fazer parcerias para melhor executar, a lógica da eficiência está em escolher aquilo que você vai fazer melhor. Sempre tem que haver composição de instrumentos de gestão para o resultado sair melhor", defendeu.

Ao comentar a fala da secretária, a vereadora Laina Crisóstomo (PSOL) disse que não dá para transformar a



A secretária municipal da Fazenda, Giovanna Viter, em sessão na CMS ontem

cidade em condomínio. "Se visa lucro e entrega ao capital", reclamou.

Já o vereador Augusto Vasconcelos (PCDoB) disse que concessões e parcerias público-privadas (PPPs) não podem ser "demonizadas" em si, ao destacar o grande uso dos instrumentos atuais em países como a China. "O que devemos debater é se cabe, se é eficiente, rentável. Lamentavelmente, o projeto posto, por sua grandeza, é praticamente uma transferência da gestão da cidade para o mercado. A sensação é de que o prefeito Bruno Reis está abrindo mão de administrar. Da forma que está escrito, a prefeitura não precisa mais da Câmara para aprovar nada. Precisamos exigir que a Câmara seja consultada em todos os processos de con-

cessão", avaliou.

A secretária explicou que cabe a cada pasta elaborar os seus projetos de parceria e submetê-los ao conselho gestor de PPPs. "O primeiro projeto na fila é o de mobiliário urbano; pretendemos construir 1,5 mil pontos de ônibus. Se isso não for interesse do povo pobre, eu não sei o que é", disse.

Integrante da bancada do governo, o vereador Cláudio Tinoco (DEM) anunciou a apresentação de emenda para deixar "explícita" no texto a criação de PPPs sociais.

"Jabuti"

Alguns vereadores também disseram que há pelo menos um "jabuti" no Plano, ou seja, um dispositivo não relacionado ao assunto de que trata o projeto.

CARONA NA FAB

Procurador pede investigação de viagem de Damares

DA REDAÇÃO

Em representação protocolada ontem, o subprocurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Lucas Furtado, solicitou ao tribunal investigação de possíveis irregularidades do voo no qual a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, levou sete familiares da primeira-dama Michelle Bolsonaro em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB).

"Há de se notar que além do princípio da moralidade, o princípio da impossibilidade também aparenta ter sido violado", escreveu o subprocurador.

Caso seja comprovado que Damares "despendeu recursos públicos em benefício privado", Furtado pede aplicação das "sanções cabíveis por uso indevido do órgão e dos recursos públicos".

Na segunda-feira, o deputado federal Túlio Gadelha (PDT-PE) já havia protocolado uma representação no Ministério Público Federal (MPF) para pedir a investigação de possível crime de improbidade administrativa da ministra.

Em nota, a pasta afirmou que cabe à autoridade que solicitou a aeronave estabelecer os critérios para o preenchimento das vagas e que todos os transportados são voluntários no Pátria Voluntária, programa social coordenado por Michelle. "Este ministério considera que não houve qualquer irregularidade no transporte da comitiva", diz o texto.

BOLSONARO-MOURÃO

TSE tem três votos a favor da chapa

DA REDAÇÃO

Apesar de o conjunto probatório indicar sem sombra de dúvidas que houve o uso de ferramentas tecnológicas em aplicativos de mensagens instantâneas, como o whatsapp, com contornos de ilícito por parte da chapa Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão nas eleições de 2018, não há comprovação da gravidade das ações que justificam a sua cassação e inelegibilidade. É este o entendimento do relator da ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Felipe Salomão.

O requisito de "gravidade" é essencial para fundamentar a caracterização do abuso de poder econômico e do uso indevido dos meios de comunicação social, conforme pedidos ajuizados pela Coligação Brasil Feliz de Novo, do PT, em duas ações de investigação judicial elei-

toral que tramitam no TSE há três anos.

O relator foi acompanhado pela improcedência pelos ministros Mauro Campbell e Sérgio Banhos.

O julgamento foi interrompido após os três primeiros votos e deve ser retomado hoje pela manhã.

As ações do PT foram ajuizadas com base reportagens em do jornal Folha de S.Paulo que mostraram o uso de disparos em massa no Whatsapp financiado por empresários e

impulsionado pelo "gabinete do ódio", visando prejuízo à candidatura de Fernando Haddad (PT) à Presidência.

As ações foram incrementadas por provas compartilhadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do inquérito das fake news, do inquérito dos atos antidemocráticos e do inquérito que apura a existência de uma quadrilha digital antidemocrática, sob reitoria do também integrante da corte eleitoral, ministro Alexandre de Moraes.

A estrutura que favoreceu o presidente, organizada e impulsionada pelo que o STF identificou como "gabinete do ódio", atua pelo menos desde 2017 por pessoas próximas a ele de modo permanente, amplo e constante na mobilização digital de eleitores, sempre atacando adversários políticos e, mais recentemente, a própria democracia.

Para o ministro Salomão,

faltou comprovação do quanto os disparos em massa repercutiram junto ao eleitorado, de modo a impactar decisivamente na eleição. "Em outras palavras, embora a ciência de candidato acerca da prática de ilícitos eleitorais em seu benefício constitua aspecto qualitativo que deve ser levado em conta para fins de gravidade, faltam, no caso, outros dados imprescindíveis para assentar o preenchimento desse requisito", afirmou.

O ministro disse ainda que não se comprovou o patrocínio de empresas aos disparos dessas mensagens. "Por todas essas razões, no meu modo de pensar, não há elementos que permitam firmar, com segurança, a gravidade dos fatos, requisito imprescindível para a caracterização do abuso de poder econômico e do uso indevido dos meios de comunicação social", concluiu.

ELEIÇÃO

Neto: União Brasil nasce "distante do governo"

RODRIGO AGUIAR

Caso não lance candidatura própria à Presidência da República, o União Brasil quer apoiar uma alternativa à "polarização", afirmou nesta terça-feira, 26, ACM Neto, secretário geral da nova sigla, resultado da fusão entre DEM e PSL. Entre os partidos com os quais o União Brasil dialoga, segundo Neto, estão o MDB, PSDB e PDT, de Ciro Gomes.

"O União Brasil nasce muito distante de estar nas hostes ou debaixo da saia do governo", declarou o pré-candidato ao governo da Bahia, em transmissão do presidencialismo do PDT, ao ser questionado se a nova legenda não apoiaria de forma alguma a tentativa de reeleição de Jair Bolsonaro em 2022.

Ao falar sobre as negociações que levaram à fusão de DEM e PSL, partido pelo qual Bolsonaro se elegeu em 2018, o ex-prefeito de Salvador disse que houve a tentativa de identificar "pontos em comum". "Entendemos que há uma contribuição a ser dada para quebrar esse quadro de polarização política. Acreditamos na hipótese da construção de novas alternativas que não nos deixe entre o atual presidente e o

ex-presidente, entre Bolsonaro e Lula", reiterou.

Apesar de defender o pluripartidarismo, Neto questionou o número de siglas existentes no País. "Será que temos 40 diferentes ideologias no Brasil ou será que o modelo atual favorece o fisiologismo, as práticas ruins? A gente acha que é preciso um amadurecimento, com diminuição do número de partidos", avaliou.

Teto de gastos

Ao comentar o debate atual em torno do teto de gastos, o ex-prefeito destacou o trabalho durante sua gestão para organizar as finanças. "É um absurdo dizer que ou votamos ou organiza as contas. Governo que não é competente vai viver sempre esse dilema", disse. "A ex-presidente Dilma ajudou a quebrar o País porque não se preocupou com o equilíbrio das contas. No fundo, a gente vê desculpas para quem não faz o dever de casa", acrescentou.

Neto ainda definiu como "inacreditável" a associação feita por Bolsonaro entre vacinas contra a Covid-19 e AIDS. "Isso acaba gerando confusão, dúvida na cabeça de muita gente. Nós governantes temos que passar segurança", disse.

SEBRAE - PUBLICAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2021 - OBJETIVO: Contratação de empresa especializada...

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPÃO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 071/2021 - Tipo: Menor Preço por Item...

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPENFS - Cooperativa de Consumo dos Proprietários, Proprietários e Vendedores da Produção Familiar da Feira de Santana - Bahia, Cnpj: 09.282.775/0001-62...

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCOS - BA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040-2021 - Objeto: Pregão Eletrônico para o registro de preços para eventual e futuro fornecimento de peças de reposição...

SINTRAPAN - Sínd. dos Trab. nas Ind. de Panificação e Confeitaria do Estado da Bahia - Cnpj: 15.288.064/0001-64 - EDITAL DE LICITAÇÃO - O presidente do SINTRAPAN, no uso das atribuições legais...

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAZARÉ - Cnpj: 13.797.188/0001-92 - A CPL, termo público que será realizado: Pregão Eletrônico do tipo "menor preço"...

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE - BA - Cnpj: 13.912.046/0001-81 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018-2021 - ADJUDICATÓRIO - O Município de Coribe - Estado da Bahia...

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA - Homologação o resultado do PREGÃO PRESENCIAL 20/21, objeto: manutenção da iluminação pública...

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO - AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 079/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 290/2021 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS A Secretaria Municipal de Educação e Juventude de Juazeiro - BA...